Volume 24 Issue 32
Originally issued as A4



Global Journal of human-social science: A
Arts & Humanities - Psychology
Volume 24 Issue 4 Version 1.0 Year 2024
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Gender and Politics: A Study on Female Participation in the Municipal Councils of Campos dos Goytacazes/RJ

By Rodrigo Anido Lira & Marusa Bocafoli da Silva

Universidade Candido Mendes

Resumo- As desigualdades de gênero podem ser percebidas em diversos âmbitos da sociedade e em muitos casos as funções desempenhadas pelas mulheres, tanto no espaço privado como no público estão relacionadas com a ideia de "trabalhos femininos", como o de cuidados. Essa realidade não é diferente na participação das mulheres nos conselhos municipais, que são por excelência, espaço de participação social. Dessa forma, o objetivo desse artigo é analisar possíveis questões relacionadas a desigualdade de gênero nos conselhos municipais de Campos dos Goytacazes. Para tanto utilizou-se dados das entrevistas realizadas em 11 conselhos no ano 2012 onde foi possível perceber uma maior participação feminina nos conselhos que têm como principal foco de ação o cuidado, como por exemplo, nos conselhos de Assistência Social e de Educação. Além disso, verificou-se durante a análise de dados o perfil diferenciado dessas mulheres que são em sua maioria solteiras ou divorciadas, sinalizando para uma possível dificuldade das mulheres em conciliar família e participação política.

Palavras- Chave: *participação, gênero, desigualdade e conselhos municipais.*

GJHSS-A Classification: *LCC: HQ1236*



Strictly as per the compliance and regulations of:



© 2024. Rodrigo Anido Lira & Marusa Bocafoli da Silva. This research/review article is distributed under the terms of the Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). You must give appropriate credit to authors and reference this article if parts of the article are reproduced in any manner. Applicable licensing terms are at https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/.

Gender and Politics: A Study on Female Participation in the Municipal Councils of Campos dos Goytacazes/RJ

Gênero e Política: Um Estudo Sobre a Participação Feminina nos Conselhos Municipais de Campos dos Goytacazes/RJ

Rodrigo Anido Lira [α] & Marusa Bocafoli da Silva [σ]

Resumo- As desigualdades de gênero podem ser percebidas em diversos âmbitos da sociedade e em muitos casos as funções desempenhadas pelas mulheres, tanto no espaço privado como no público estão relacionadas com a ideia de "trabalhos femininos", como o de cuidados. Essa realidade não é diferente na participação das mulheres nos conselhos municipais, que são por excelência, espaço de participação social. Dessa forma, o objetivo desse artigo é analisar possíveis questões relacionadas a desigualdade de gênero nos conselhos municipais de Campos dos Goytacazes. Para tanto utilizou-se dados das entrevistas realizadas em 11 conselhos no ano 2012 onde foi possível perceber uma maior participação feminina nos conselhos que têm como principal foco de ação o cuidado, como por exemplo, nos conselhos de Assistência Social e de Educação. Além disso, verificou-se durante a análise de dados o perfil diferenciado dessas mulheres que são em sua maioria solteiras ou divorciadas, sinalizando para uma possível dificuldade das mulheres em conciliar família e participação política.

Palavras- Chave: participação, gênero, desigualdade e conselhos municipais.

I. Introdução

O espaço público e as esferas de participação política são culturalmente demarcados pelo predomínio masculino. Durante muito tempo os homens foram considerados os únicos aptos para assumir as funções públicas. Esse espaço foi apresentado como inadequado e deslocado para as mulheres, que deveriam se concentrar em atividades relacionadas ao cuidado com o lar e com a família. A construção desse imaginário social custou a elas um longo período de afastamento do debate político e do mercado de trabalho e foi através da luta pela igualdade de gênero engendrada por movimentos feministas que as mulheres passaram a frequentar essa esfera.

Entretanto, ficou visível a dificuldade de ultrapassar os preconceitos estabelecidos há muito. Mesmo sendo perceptível a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e no campo político estamos longe de estabelecer a igualdade entre os homens e as mulheres, pois a participação feminina no mercado de trabalho ainda se dá em maior número, em trabalhos mal remunerados e pouco qualificados. Aquelas que assumem funções mais valorizadas socialmente, como cargos de chefia, ainda recebem menos que os homens[1]. No campo político essa realidade não é muito diferente. Mesmo se fazendo presente e existindo cotas de participação, ainda se configuram na minoria e tem suas funções relacionadas às tarefas "socialmente" definidas como femininas.

Com a redemocratização brasileira em meados da década de 1980, e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro redesenhou o seu federalismo, transformando os municípios em entes federativos e ampliando sobremaneira os instrumentos de participação popular. Isso significa, que a participação dos cidadãos e da sociedade organizada passava a ter um importante papel ao se pensar a implementação e o controle das políticas públicas

> Principalmente a partir dos anos 1990, a sociedade civil tem sido chamada a participar de um conjunto de novos espaços de deliberação e gestão das políticas, em diversas áreas e a partir de diferentes modelos institucionais. No Brasil, a ampliação da participação emergiu como resultado da pressão da sociedade civil, no decorrer da luta pela redemocratização do regime (TATAGIBA, 2010, p. 27)

Todavia, embora existam diversos estudos sobre esses novos tipos de participação, inclusive com o recorte de gênero em trabalhos específicos sobre os Conselhos dos Direitos da Mulher, são raros os estudos que analisam o papel da participação feminina de forma sistêmica, inclusive com uma abordagem

Author α: O autor é Doutor em Sociologia Política, Professor Titular e pesquisador dos programas de mestrado e doutorado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes. e-mail: rodrigoanidolira@gmail.com
Author σ: A autora é Doutora em Sociologia Política, Professora Adjunta e Pesquisadora da Universidade Candido Mendes.
e-mail: marusasilva@gmail.com

[1] De acordo com o último Censo Demográfico as mulheres recebem em média 78% do que ganham os homens. Informação obtida em: www.ibge.gov.br em 15/07/2024.

© 2024 Global Journals

quantitativa, dentro do espectro de ampliação da participação popular.

Dentro da literatura especializada em Instituições Participativas, se destaca os trabalhos de Uriella Coelho Ribeiro (2007, 2009) que tratam da questão de gênero tanto nos Conselhos como também no Orçamento Participativo. A autora aponta algumas questões preocupantes, em primeiro lugar a vocalização (instrumento de poder nas instâncias participativas) é prioritariamente masculina. Um segundo ponto, é que independentemente do quantitativo de mulheres pertencentes aos quadros dos conselhos analisados, a agenda política se apresenta blindada à questões de gênero, ou seja, as pautas importantes para a luta feminina não são postas em debate. Por fim, poucos dados oficiais e pesquisas destinadas à participação da mulher nas instituições participativas, afim de conhecer de fato como se constrói e estabelece essa participação no novo cenário democrático brasileiro.

Este trabalho, objetiva contribuir com o preenchimento dessa lacuna, ao observar, em um estudo de caso, qual seja, a participação das mulheres nos Conselhos Municipais de Campos dos Goytacazes, como se estabelece a relação de gênero nessas novas configurações e arenas democráticas.

O município de Campos dos Goytacazes, local onde a pesquisa foi realizada, localiza-se ao norte do Estado do Rio de Janeiro. Possui uma área total de 4.040,6 quilômetros quadrados, correspondentes a 41,4% da área da Região Norte Fluminense[2]. Segundo dados do IBGE[3] 2022), a população de Campos é de aproximadamente 483.540 habitantes e conta com 369.469 eleitores. O município é considerado a capital nacional do petróleo, pois a Bacia de Campos é responsável por mais de 60% da produção de petróleo e gás do Brasil.

Os conselhos municipais, que configuram objeto de análise nesse artigo, são órgãos públicos do poder executivo local, abertos a participação da sociedade para o processo decisório relacionado a demandas específicas como saúde, educação e meio ambiente entre outros. Como ponto positivo identifica-se uma proposta de gestão democrática onde a sociedade possui um canal de participação e decisão. Entretanto, percebe-se, nos dados analisados, um perfil de participação que deixa transparecer aspectos de uma cultura sexista ainda arraigada em nossa sociedade.

A pesquisa utilizou-se dados apurados por meio da distribuição de questionários em 11 conselhos municipais de Campos dos Goytacazes no ano 2012 (LIRA, 2012), o cruzamento dos dados permitiu perceber maior participação feminina nos conselhos que têm como principal foco de ação o cuidado, como por exemplo, no conselho de Assistência Social e de Educação. Além disso, verificou-se durante a análise dos dados o perfil diferenciado dessas mulheres que são em sua maioria solteiras ou divorciadas, fato que sinaliza para uma possível dificuldade para mulheres em conciliar família e carreira.

II. Naturalizando Desigualdades

Durante muito tempo prevaleceu a crença de que o espaço público não deveria ser compartilhado pelas mulheres. Cientistas, filósofos e políticos apresentaram discursos que tentavam justificar e convencer as mulheres de que o seu espaço por natureza era o espaço doméstico. Assim, elas deveriam se ocupar dele e de todas as tarefas que o envolvesse (ROUSSEAU, 1973). Essa concepção nasceu no século XVIII durante a Revolução Francesa, contexto no qual houve debates acirrados sobre a cidadania da mulher. A pergunta que se fazia era se as mulheres deveriam ou não ser consideradas cidadãs.

Alguns pensadores como Condorcet, defendia que as mulheres deveriam gozar do status de cidadãs. Outros, como Lequinio e Prudhomme não concordavam e afirmavam ser o lar e a criação dos filhos a contribuição fundamental das mulheres para com a sociedade. No século XVIII os debates encenados por pensadores relevantes foi corroborado pela medicina higienista que destacava a importância do papel da mãe para a saúde física e moral das crianças. Donzelot (1986), também tratou desse assunto em seus escritos mostrando como a medicina elevou a mulher ao papel de mãe, dando à ela a tarefa de ser responsável pelo cuidado e bem-estar das crianças. Elas deveriam acompanhar de perto o crescimento dos pequenos, função essa que requeria sua presença dentro do lar. Eleva-se assim a mulher à uma importância simbólica que se configura em desempenhar bem o papel de mãe ao mesmo tempo que a encerra dentro do lar:

> Ao majorar a autoridade civil da mãe o médico lhe fornece um status social. É essa promoção da mulher como mãe, como educadora auxiliar médica, que servirá como ponto de apoio para as principais correntes feministas do século XIX. (p. 25 e 26)

O século XIX é exemplar no que diz respeito à domesticação das mulheres, filósofos como Rousseau e suas ideias sobre o que seria uma educação própria para homens e mulheres ganharam cada vez mais espaço e legitimidade. A arena pública se afirmava como masculina e o privado como feminino e aquelas

[2] Denominação dada ao território que abrange os municípios de Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Municípios pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro.
[3] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

© 2024 Global Journals

que ousaram desobedecer essa recomendação sofreram as sanções cabíveis (SILVA, 2003).

A análise realizada por Perrot (2005) sobre os discursos dos operários franceses no século XIX deixa claro o esforço da classe operária (aqui entendida no masculino) para conscientizar as mulheres de que elas não deveriam trabalhar nas fábricas e que o seu lugar era dentro de casa cuidando da família. Lançava-se mão de inúmeros argumentos para tal convencimento, desde a relação da mulher operária com a mulher cortesã, afinal ao sair de casa a mulher ficava mal vista, passando pela pretensa preocupação com sua saúde, pois era submetida ao ambiente inóspitos das fábricas. Explicações biologizantes afirmavam que a mulher era um ser frágil por natureza e com a rotina pesada do trabalho fabril seu corpo enfraquecia e adoecia, não podendo assim gerar cidadãos fortes e saudáveis para a França.

Apesar de todo o esforço ideológico para convencer as mulheres a ficar em casa, muitas tentaram romper com essa "crença" e por meio de empenhos de movimentos que defendiam a igualdade de gênero, esse panorama tem se modificado. É fato que hoje as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho e assumindo funções que antes eram primordialmente masculinas, mas a dificuldade de serem vistas e tratadas como igual ainda persiste.

Mesmo diante de tal cenário de mudança é preciso atenção. De acordo com Pateman (1993), um dos desafios contemporâneos para o feminismo é negar o discurso politicamente dominante que afirma que o estado patriarcal teve fim no século XVII. Para autora é preciso pensar sobre o patriarcado moderno. Segundo Paterman, o patriarcalismo engendra todas as proposições que tomam o poder paternal familiar como origem e modelo (por analogia) de todas as relações de poder e autoridade. Esse esquema parece ter vigorado nas épocas da idade média e da modernidade até o século XVII. Contudo, assinala a autora, a teoria clássica patriarcal se constituiu hoje, no que denomina de “patriarcado moderno, fraternal e contratual e que estrutura a sociedade civil capitalista”.

Esse “novo” modelo é permeado pela ideia que supõe o não reconhecimento dos direitos de um pai, entretanto, mantém o direito natural conjugal dos homens sobre as mulheres, como se cada homem tivesse além da propriedade em sua pessoa, o direito natural de poder sobre a sua mulher.

Ao mesmo tempo que os contratualistas afirmam que os direitos políticos se fundamentam num contrato instituído entre indivíduos livres e não nos direitos naturais paternais, supõem um contrato sexual baseado no direito natural e original dos homens sobre as mulheres. Locke refere-se ao direito natural da sujeição da mulher, e Rousseau à diferença de natureza. Assim, de acordo com Pateman, o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública.

Nesse sentido, a participação feminina na esfera é dificultada. Mesmo trabalhando fora do lar e com todas as dificuldades da construção de uma carreira, as mulheres ainda são as responsáveis por grande parte das tarefas domésticas. Pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho mostram que há vínculos entre o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado, esse último responsável por impor barreiras significativas às oportunidades das mulheres no mercado de trabalho, à sedimentação de suas carreiras e a possibilidade de participação.

As mulheres gastam o dobro do tempo do tempo usado pelos homens com as tarefas domésticas e de cuidados. Enquanto a mulher despende em média 21,3 horas semanais para esse tipo de trabalho os homens utilizam em média 11,7 horas do seu tempo. Se consideramos a jornada no trabalho remunerado, as mulheres têm uma carga horária semanal de 54,4 horas e os homens 52,1 horas. Esses dados foram revelados pelo estudo Estatíticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (IBGE, 2023) e corroboram a tese de que a desigualdade entre homens e mulheres, há muito estabelecida na sociedade, impacta de maneira significativa a construção das carreiras femininas e a qualidade da participação política das mulheres.

Apesar de muitas mulheres, inclusive as mulheres casadas, estarem agora em trabalhos remunerados, sua posição como trabalhadora é precarizada assim como é sua posição de cidadã. Pateman afirma que nem as políticas do Estado de Bem-Estar social foi capaz de dar condições para que as mulheres fossem vistas como cidadãs dignas. Dessa forma:

> Nor have the policies of the welfare state provided women with many of the resources to again respect as citizes(...) As participants in the Market, men could be seen as making a public cotibution, and were in a position to be levied by the state to make a contibution more directle, that entitled them to the benefits of the welfare state. But how could women, dependants of men, whose legitimate “work” is held to be located in the privade sphere, be citizens of the welfare state? What could, or did, women contribute? The paradoxical answer is that womem contribuet – welfare. (PATEMAN, 1993, p. 36)

Entretanto, apesar de todas as dificuldades, as mulheres não se acomodaram com a sua "predestinação para o doméstico". Elas estão ocupando cada vez mais espaço no mercado e atuando em profissões não comuns anteriormente ao gênero feminino. Recentemente o jornal O Globo publicou

© 2024 Global Journals

matéria com o seguinte título: "Diferencial feminino."[4] Nessa edição os repórteres chamavam atenção para o significativo percentual de mulheres trabalhando em ocupações tradicionalmente masculinas, como por exemplo, marcenaria, construção civil e cervejarias. A presença de mulheres nessas profissões mostra que a capacidade para realizar essa ou outra tarefa não se justifica pelo fato de se pertencer a um determinado gênero. Entretanto, o que se percebe na matéria jornalística é uma maneira de justificar o sucesso feminino nessas profissões pelas características de gênero. Assim o exemplo de Cláudia Celestino, operária da construção civil e que opera a grua[5] está relacionado ao fato do trabalho exigir atenção, paciência e cuidado. Características "próprias de mulher".

Utilizar características de gênero para justificar uma carreira feminina bem sucedida em um campo que outrora era masculino, é uma tentativa de desqualificar o trabalho dessas mulheres. Para operar a grua, para se tornar mestre cervejeira e marceneira elas se prepararam, estudaram e se qualificaram, assim como os homens que atuam nessa área. O gênero do indivíduo não delimita sua capacidade de criação e produção. Da mesma forma o gênero não deveria ser justificativa para estipular tarefas e remuneração.

Na esfera política esse panorama não é muito diferente. O espaço da política que é por natureza o espaço do debate também sempre foi concebido como espaço masculino. Fazer política, expor ideias, concordar ou discordar em público sempre foi considerado "coisas" de homem. É certo que o cenário se modificou, assim como estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, as mulheres também estão assumindo cargos políticos, mas a todo o tempo precisam "provar" que são capazes, o que acarreta em muitos casos abrir mão da família ou se ocupar com funções, dentro da esfera política, que tenham características consideradas femininas.

Domingues (2011) em artigo que trata da participação feminina no Partido dos Trabalhadores[6] revela que os entrevistados ao conceberem a importância da participação das mulheres na política, exaltavam a "sensibilidade" feminina. Essa foi apontada como a característica que habilitaria as mulheres para atuar em áreas relacionada a cuidado, que não deixa de ser uma transferência do lado maternal para a política. Assim, elas acabam levando para funções públicas que ocupam valores exigidos socialmente do seu gênero. Essa construção social faz com que essas mulheres estejam mais presentes nas áreas da educação, saúde e promoção social. Na análise da ampliação da participação popular em Campos dos Goytacazes, o cenário não é diferente, coube às mulheres, prioritariamente papéis ligados às políticas tipicamente vinculadas ao simbólico do cuidado.

Autoras como Carole Paterman (1993) e Flávia Biroli pontuam que o debate entre política e gênero se acirra quando se observa o esterótipo criado, as mulheres com características emotivas e corporais, o que as desqualificariam para uma postura de comando ou tomada de decisão. Segundo Biroli:

> O desinteresse pela política, a falta de habilidade para o exercício de cargos públicos e o não pertencimento à esfera política são, assim, conectados em um conjunto de discursos que atendem a uma regularidade sem que se apresentem de forma homogênea. A oposição entre, de um lado, feminino e espaço privado, e, de outro, masculino e espaço público, [...], está na base desses estereótipos, confirmando divisões e hierarquias que colaboram para a marginalização das mulheres da e na esfera política. (2010, p. 05).

Desse modo, a presença e a mobilização de mulheres nas instâncias de representação do poder político, nos partidos políticos ou nas entidades da sociedade civil, deve ser loco de fomentação da educação e da participação das mulheres (MOREIRA, 2009).

III. A Participação Feminina nos Conselhos Municipais de Campos dos Goytacazes

Os Conselhos Municipais são órgãos públicos do Poder Executivo local e podem atuar não só nas áreas onde a sua existência é requisito legal para o repasse de verbas federais (Assistência Social, Saúde, Criança e Adolescente e Educação), como também em outros setores de ação governamental como o da promoção dos Direitos da Mulher, por exemplo, tendo poder para formular propostas de políticas, programas, assim como para fiscalizar o setor ao qual está envolvido.

O formato dos Conselhos Municipais gestores, ao congregar elementos da autonomia da descentralização administrativa e da competência em inserir a participação popular na gestão das políticas públicas, com o objetivo de uma maior eficácia em sua implementação (cunha, 2002), fez com que, diante do panorama da redemocratização brasileira, os Conselhos fizessem parte de um conjunto de inovações institucionais pós constituição de 1988 que:

> (...) refere-se ao aperfeiçoamento e ao aprofundamento das instituições democráticas, com vistas a permitir sua operação nos interstícios eleitorais, acoplando aos mecanismos clássicos da representação formas institucionalizadas de participação política, que permitam a

[4] Disponível em: http.://www.oglobo.com.br Acesso em: 15/07/2024.
[5] É um equipamento utilizado para a elevação e a movimentação de cargas e materiais pesados além da capacidade humana.
[6] Partido dos Trabalhadores (PT) é o maior partido de esquerda do Brasil.

© 2024 Global Journals

> ampliação do direito de vocalização das preferências dos cidadãos e o controle público do exercício do poder. (AZEVEDO, S. ANASTASIA, 2000, p. 03.

Dentre as características observadas nos conselhos e que são importantes para o atendimento das expectativas sobre tais órgãos, pode-se citar "a sua função deliberativa ou consultiva, sua composição interna e seu grau de flexibilidade para incorporar novas representações coletivas" (op.cit., p. 23). Estes atributos sugerem maiores ou menores chances de êxito para a resposta ao desafio da democracia. Sob essa perspectiva, a participação e a representação são as variáveis em torno das quais as demais questões gravitam (Salles e Azevedo, 2013, p. 156).

Dessa forma observar em quais conselhos as mulheres participam e se fazem representar demonstra em certa medida qual espaço é dedicado nas estruturas democráticas de participação a esse segmento, bem como, qual papel político e simbólico é destinado às mulheres, lembrando ainda que a mera participação e representação não são uma garantia que a agenda das lutas dos movimentos de gêneros estarão na pauta dessas arenas institucionais de debate e por vezes deliberativas das diretrizes das políticas públicas municipais.

Campos dos Goytacazes, município onde ocorreu a pesquisa possui 21 Conselhos Municipais. Esta quantidade supera em muito a média nacional divulgada pelo IBGE em 2001 que foi de 4,9 Conselhos por município com 26,9 mil no total. Não existe pesquisa atualizada sobre estes índices, mas com base na projeção de crescimento dos principais Conselhos do país (Assistência social, Saúde, Criança e Adolescente, Educação e Meio ambiente) na pesquisa IBGE 2009, estima-se que haja hoje no Brasil mais de 40.000 Conselhos apresentando uma média acima de 07 Conselhos por município. Ainda assim, Campos, com 21 Conselhos, possui quase três vezes mais Conselhos que a média nacional. (LIRA, 2012)

Apesar deste elevado número de Conselhos registrados e/ou em funcionamento, existem 10 que funcionam de maneira precária, ou seja, apresentam dificuldade de realização de reuniões, indisponibilidade ou inexistência do regimento interno e, em alguns casos, inacessibilidade dos representantes. Desta forma, 11 Conselhos fizeram parte desse estudo: Conselho de Educação, Conselho de Direitos das Crianças e Adolescentes, Conselho de Assistência Social, Conselho de Desenvolvimento Sustentável, Conselho de Meio Ambiente e Urbanismo, Conselho de Direitos da Mulher, Conselho de Patrimônio, Conselho de Defesa do Consumidor, Conselho de Direito dos Idosos, Conselho de Saúde e Conselho de Esporte.

Dentre os Conselhos pesquisados pode-se perceber que o maior número de participação feminina está no Conselho de Direitos da Mulher (100%), seguido do Conselho de Assistência Social com 87,5% de participação feminina e o Conselho de Educação com 80% de participação feminina. Em contrapartida os Conselhos de Esporte, Meio Ambiente e Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável contam com os respectivos índices de participação feminina: 9,17%; 14,3% e 16.7%.

É importante salientar que os conselhos que concentram maior número de mulheres são aqueles onde o tipo de área de atuação está ligada aquelas aptidões consideradas "naturais" das mulheres. Ou seja, funções que têm como foco o cuidado com o outro. São as mulheres, em geral que cuidam das crianças da casa e também dos idosos e doentes. A natureza desse tipo de função está intimamente ligada ao espaço privado e a doação ao outro.

A unanimidade de mulheres no Conselho de Direitos da Mulher se explica por ser essa uma área de atuação onde acredita-se ser apenas de interesse feminino. Movimentos que buscam igualdade e direito para as mulheres não são, em tese, percebidos como luta política e social. Enquanto os outros conselhos citados, onde a participação masculina é maior são áreas de atuação que envolve ação e virilidade como no conselho de Esporte ou planejamento e desenvolvimento que são características relacionadas socialmente ao masculino.

Ao analisarmos o grau de instrução dos conselheiros verificou-se que 51,2% das mulheres possuem Ensino Superior Completo, o que demonstra um equilíbrio na escolaridade. Entretanto, quando analisa-se o rendimento esse equilíbrio desaparece. De acordo com a pesquisa 52,9% dos homens recebem entre R$ 1.000,00 a R$ 2.000,00 mensais, enquanto que 47,7% das mulheres possuem esse rendimento. Entre aqueles que recebem de R$ 2.000,00 a R$ 4.000,00 mensais, 52,9% são homens e 47,1% mulheres. Esses números são ainda mais desiguais quando a faixa da renda está acima de R$ 4.000,00 mensais. Nesse universo os homens representam 65% e as mulheres 35%. Esses dados ilustram como o espaço público, aqui representado pela esfera da participação política, ainda se organiza por pressupostos sexistas. Mesmo existindo equilíbrio na escolaridade, as mulheres ainda são aquelas que recebem os menores salários e são as que estão mais presentes nas esferas de discussão que se relaciona com o espaço privado, onde o cuidado é sua função primordial.

Foi possível perceber o perfil diferenciado das mulheres que estão participando ativamente dos Conselhos Municipais. Em sua maioria são solteiras, separadas e/ou divorciadas e viúvas. Uma questão relevante que se impõe às mulheres que estão construindo carreiras seja no mercado de trabalho ou na política é a de incompatibilidade na conciliação da vida familiar e o trabalho. Hirata (1986), em estudo que versa sobre família e empresa no Japão mostra-nos que as relações vigentes entre os casais e a

© 2024 Global Journals

organização familiar viabilizam certas políticas de gestão de mão de obra, como por exemplo: deslocamentos frequentes, horas extras regulares e atividades de lazer organizadas pela empresa apenas para os funcionários somente podem ser executadas quando um dos membros do casal se encarrega da totalidade das tarefas domésticas e da educação dos filhos. Como é comum acontecer, são as mulheres quem assumem essas atividades.

Ao relacionarmos o estudo de Hirata com a dinâmica do mercado de trabalho e do espaço de participação política contemporâneos, percebe-se a necessidade daqueles que se ocupam dessa esfera e disponibilizar tempo para as inúmeras atribuições que esses cargos exigem, como viagens e reuniões em horários diversos. Para que essa dedicação seja possível àqueles que têm família necessitam da contrapartida do cônjuge, dando o suporte necessário no espaço privado. Muitas são as mulheres, e os números dessa pesquisa corrobora essa tese, que deixam para mais tarde o plano de formar uma família para se dedicar à carreira. Entre os conselheiros entrevistados 48,3% dos homens estavam solteiros e 51,7% das mulheres afirmaram ser solteiras. Entre os casados havia 67,6% de homens e 32,4% de mulheres.

As mulheres também são a maioria daqueles que se encontram divorciados, 66,7% são mulheres e 33,3% homens. Entre os viúvos 80% são mulheres e 20% homens.

Ao que demonstram os números as mulheres presentes nos Conselhos estão de uma forma ou de outra focadas mais na carreira do que na família. Já que uma parte significativa delas está solteira, divorciada e viúva, tendência que reforça a ideia de que se torna uma tarefa complexa conciliar a família com o trabalho. Isso porque em grande parte, é da mulher, a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos, mesmo quando também trabalha fora do lar. Esses dados nos remete a Perrot quando nos diz que: "fazer carreira é, de qualquer maneira, uma noção pouco feminina; para uma mulher, a ambição, sinal incongruente de virilidade, parece deslocada. Ela implica, em todo o caso, em uma certa renúncia, sobretudo do casamento" (2005, p. 255)

IV. Considerações Finais

Historicamente, a arena política foi constituída como espaço proeminentemente masculino. Às mulheres foi vetado, durante muito tempo, qualquer tipo de atuação no espaço público. Entretanto, a pressão dos movimentos sociais e feministas as alçou ao mercado de trabalho e também ao espaço político, não sem muito embate e constante luta. Mesmo sendo perceptível o avanço no que diz respeito à participação das mulheres na política ainda prevalece no cenário atual a permanência valores sexistas.

O corpo da mulher foi visto histórica e socialmente como pronto para servir e para cuidar seja das crianças, dos idosos e dos doentes. Assim também, características como paciência, sensibilidade, obediência e humildade foram e continuam sendo exigidas para o sexo feminino. Toda essa construção social acerca do que é ser mulher tem peso significativo na escolha dos espaços preenchidos pela participação feminina.

Ao valorar as características ditas "naturais da mulher" e conceber a ideia de complementação entre os gêneros legitima-se a dominação masculina e a hierarquia de gênero. A tendência das mulheres de se ajustarem as tais características femininas é sinal incongruente do que nos ensina Bourdieu (2011) sobre a maneira como a violência simbólica, aquela que mantém os códigos das relações de poder entre os gêneros, não se opera na ordem das intenções conscientes. Isso explica porque embora tenha efeitos concretos ela não é de fácil percepção. Tal ideia, tem sido utilizada, tradicionalmente, para construir a divisão sexual do trabalho e de forma mais moderada para demarcar, mesmo que inconscientemente, a divisão sexual na arena política.

Analisando os dados da pesquisa aqui relatada percebe-se a dificuldade de rompimento com uma cultura ainda marcada por valores sexistas. Ao constatar que são os Conselhos Municipais dos Direitos da mulher, de Assistência Social, de Educação, dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos do Idoso que possuem maior participação feminina é possível verificar a persistência da ideia de que determinados "ramos" são percebidos como próprios para as mulheres. Geralmente áreas de atuação onde cuidar do outro é a função principal.

Em contrapartida, os Conselhos de Esporte, de Meio Ambiente e Urbanismo e Desenvolvimento Sustentável possuem maior número de participação masculina e são áreas de atuação vinculadas à decisão e planejamento, características socialmente concebidas como próprias dos homens.

Mesmo que, seja fato o avanço no aumento da participação da mulher no cenário público, tanto no mercado de trabalho, como na política, não se deve perder de vista o entrelaçamento das características construídas e legitimadas socialmente como femininas e as áreas de atuação dessas mulheres. É preciso estar atento para a prática do discurso da complementaridade que mascara a desigualdade e a hierarquização dos gêneros, alocando as mulheres em campos ditos "próprios" para elas e delimitando outros, de maior prestígio social, como incompatíveis à prática feminina.

© 2024 Global Journals

References Références Referencias

1. Azevedo, S; Anastasia, F. Governança, accountability e responsividade: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas e Minas Gerais. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2, PUC/São Paulo, nov. 26 p. 2000.
2. Biroli, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. Cadernos Pagu, n° 34, janeiro-junho de 2010, p. 269-299.
3. Biroli, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. Cadernos Pagu, vol. 34. Janeiro-junho de 2010: 269-299.
4. Bourdieu, Pierre. A Dominação Masculina, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 10ª edição, 2011.
5. Cunha, F. S. Patrimônio cultural e gestão democrática em Belo Horizonte. In: Varia Historia. Belo Horizonte, n. 18, Set, p.83-98. 1997.
6. Domingues, Sana. Mulher e Política no Partido dos Trabalhadores, XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e Desigualdades, Salvador, UFBA, 2011.
7. Donzelot, A Polícia das Famílias, Rio de Janeiro, Edições Graal, 2ª edição, 1986.
8. Hirata, Helena. Vida Reprodutiva e Produção: Família e Empresa no Japão. In: Katchersky, A. et alii. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 63-93.
9. Lira, Rodrigo. Representação, participação e Cooptação nos conselhos municipais em Campos dos Goytacazes, Tese de Doutorado, Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.
10. Moreira, Lourdes Carmo. As mulheres nos espaços de decisão política. Niterói: 2009. Disponível em: http://www.observatoriodegenero. gov.br/eixo/politicas-publicas/publicaçoes. Acesso em jul.2024.
11. Paterman, Carole. O contrato sexual. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
12. Perrot, Michelle. O que é um Trabalho de Mulher? In.: PERROT (org.). As mulheres ou os silêncios da história. São Paulo, EDUSC, 2005.
13. Ribeiro, Uriella Coelho. As mulheres no Orçamento Participativo de Belo Horizonte: As potencialidades e limites para uma participação paritária entre homens e mulheres neste espaço. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil
14. Ribeiro, Uriella Coelho. Relações de gênero e conselhos municipais de saúde: um olhar sobre os potenciais inclusivos dos conselhos municipais de saúde do Brasil. In: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.
15. Rouseau, J. J. O Emílio ou da educação, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 2ª ed.,1973.
16. Salles, Helena de Motta. AZEVEDO, Nilo Lima de. Democracia, gestão participativa e patrimônio cultural: o caso do Conselho Municipal de Juiz de Fora. In Estado e sociedade na preservação do patrimônio / Paulo Ormindo David de Azevedo, Elyane Lins Corrêa (org.), Salvador: EDUFBA: IAB, 2013. p. 151- 176 (Coleção Arquimemória ; v. 2)
17. Silva, Marinete, S. Costureira, Artista, Prostituta ou Cidadã?: As Francesas no Espaço Público Carioca no Século XIX e suas Vozes Dissonantes. In.: FARIA, Lia. LÔBO, Yolanda. Vozes Femininas do Império e da República: caminhos e identidades, Rio de Janeiro, FAPERJ, 2003.

© 2024 Global Journals